

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Symanski, Luís Cláudio P.
Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos
Guimarães (MT)
História Unisinos, vol. 14, núm. 3, septiembre-diciembre, 2010, pp. 294-310
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866831006>

Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT)

Pottery, slaves identities, and creolization in the sugar plantations of Chapada dos Guimarães (MT)

Luís Cláudio P. Symanski¹

lcsymanski@yahoo.com.br

Resumo. Este artigo discute os modos nos quais os grupos escravos dos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT) utilizaram cerâmicas localmente produzidas visando a afirmar identidades diferenciadas. A análise explora as dimensões de variação dessas peças considerando as flutuações nas origens dos escravos entre 1790 e 1888. As correlações observadas sugerem que: (a) cerâmicas decoradas produzidas localmente foram usadas para expressar identidades diferenciadas entre os escravos africanos; (b) alguns significados amplamente difundidos na África subsaariana, relacionados ao simbolismo da cerâmica, foram reproduzidos em Chapada; e (c) o nível de significância que os escravos africanos atribuíram a essas peças não foi mantido pelos escravos afro-brasileiros. Essas evidências sugerem que, nessa região, o processo de crioulização foi geracional, só se consolidando quando uma população afro-brasileira, culturalmente mais homogênea do que a africana, tornou-se demograficamente dominante. É então discutida a distribuição das cerâmicas e de outras categorias de artefatos nos engenhos como uma estratégia através da qual os escravos se reappropriaram simbolicamente desses espaços de acordo com suas próprias percepções, impregnando-os com memórias e representações de origem africana.

Palavras-chave: cultura material escrava, identidades africanas, crioulização.

Abstract. This paper discusses the ways in which slave groups in the plantations of Chapada dos Guimarães, state of Mato Grosso, used low-fired earthenware vessels to affirm discrete identities. The analysis explores the dimensions of variation in these pieces taking into account the fluctuations in the origin of slaves between 1790 and 1888. The correlations observed suggest that: (a) low-fired earthenware decorated vessels were used to express different identities among African slaves; (b) some widespread meanings related to the symbolism of pottery common in sub-Saharan African cosmology were reproduced in Chapada; and (c) the level of significance that African slaves ascribed to these items was not maintained by African-Brazilian slaves. These evidences suggest that the process of creolization in this region was generational, as it was consolidated only when an African-Brazilian population culturally more homogeneous than the African became demographically dominant. The article then discusses the distribution of pottery and other categories of artifacts in the plantations as a strategy through which the slaves symbolically reappropriated these spaces according to their own perceptions, impregnating them with memories and representations of African origin.

¹ Departamento de Antropologia
e Centro de Estudos e Pesquisas
Arqueológicas – UFPR.

Key words: slaves material culture, African identities, creolization.

Introdução

Pretendo apresentar, neste trabalho, os pontos centrais da minha tese de doutorado (Symanski, 2006), a qual versou sobre as formas como a cultura material foi ativamente empregada por escravos de diferentes regiões da África nos engenhos da região de Chapada dos Guimarães (MT), no processo de reconstrução de suas identidades. A pesquisa em fontes documentais e em amostras arqueológicas de três engenhos de açúcar e de um pequeno quilombo, ocupados entre o final do século XVIII e o final do XIX, permitiu o estabelecimento de fortes correlações entre a variabilidade diacrônica da cultura material e as mudanças na composição africana dos plantéis dessa região, demonstrando que escravos de diferentes origens africanas preocuparam-se em reproduzir signos e motivos decorativos específicos de suas regiões de origem na cerâmica localmente produzida. Diante dessas evidências, questiona-se o modelo de crioulização tradicionalmente empregado na arqueologia afro-americana, segundo o qual os africanos nas Américas rapidamente transformaram suas culturas originais, através de um processo de trocas culturais entre si mesmos, a sociedade euro-americana dominante e os grupos nativo-americanos. Antes, é defendido que, no contexto em questão, o processo de crioulização foi generacional, somente se consolidando quando uma população afro-brasileira, culturalmente mais homogênea do que a africana, tornou-se demograficamente dominante nesses engenhos. A significância atribuída pelos escravos à cerâmica, por sua vez, permitiu discutir as formas como esses grupos utilizaram esse material para se reapropriar simbolicamente do espaço dos engenhos, de acordo com suas memórias e representações de origem africana.

Engenhos e escravidão em Chapada dos Guimarães

Durante o século XVIII, a mineração do ouro foi a principal atividade responsável pela colonização do atual território de Mato Grosso. No final daquele século, porém, as minas de ouro estavam exauridas, forçando a população da capitania a reorientar suas atividades econômicas. Neste processo, a grande maioria dos escravos antes envolvida na mineração foi realocada para as fazendas de gado e os engenhos de açúcar, os quais aumentaram substancialmente em número entre este período e as primeiras décadas do século XIX. A região do atual município de Chapada dos Guimarães, por dispor de solos férteis para a agricultura e estar próxima ao maior núcleo populacional da Capitania, Cuiabá, passou a concentrar a grande maioria dos engenhos de açúcar. De acordo com Mesquita (1931, p. 33), em

1796 havia 20 engenhos nesta região, os quais empregavam um total de 728 escravos. Em 1815, o número de escravos nessa região havia aumentado substancialmente para 2.147 indivíduos, indicando a forte intensificação das atividades produtivas dos engenhos (Crivelente, 2001, p. 33).

O trabalho nos engenhos era principalmente direcionado para a plantação e processamento da cana-de-açúcar, sobretudo para a produção de açúcar e cachaça, sendo ainda cultivado algodão, tabaco, café e cacau, além de gêneros de subsistência diversificados, como arroz, feijão, milho, mandioca, inhame e batata doce (Corrêa Filho, 1969, p. 455). A significância econômica desses estabelecimentos, contudo, era limitada ao nível regional, sendo os seus produtos fundamentais para o abastecimento de Cuiabá (Siqueira *et al.*, 1990, p. 34).

Uma rígida estratificação social era mantida nesses estabelecimentos. Muitos dos senhores de engenho residiam nessas propriedades somente durante a estação seca, entre abril e novembro, supervisionando a colheita da cana e a preparação do açúcar e seus derivados, retornando com suas famílias, no final desse período, para Cuiabá, onde podiam satisfazer suas necessidades sociais e cuidar de seus interesses políticos e econômicos (Seckinger, 1970, p. 69). Trabalhadores livres, tais como feitores, agregados e camaradas, compunham o estrato médio. Os feitores tinham como função principal controlar o trabalho e a vida cotidiana dos escravos. Agregados podiam manter seus próprios espaços para plantar, dando uma parte da sua produção aos proprietários dos engenhos (Volpato, 1993, p. 201). Camaradas compunham o mais baixo estrato entre os trabalhadores livres, trabalhando como assalariados sob as ordens dos feitores, muitas vezes ao lado dos escravos, em atividades tais como carpintaria, serralharia, condução de tropas de mulas e, principalmente, agricultura (Volpato, 1993, p. 201). Os escravos viviam em senzalas coletivas ou individuais, tendo na agricultura a sua principal atividade, embora alguns pudessem ser também empregados na mineração do ouro e diamantes (Crivelente, 2001, p. 51).

Pelo menos em alguns dos engenhos da região os escravos eram sujeitos a formas extremamente repressivas e violentas de tratamento, conforme descritas por Langsdorff (1998, p. 111-112) em sua visita à Chapada, em 1827. Porém, não raro eles se rebelavam contra as punições físicas às quais eram frequentemente submetidos, podendo chegar ao extremo de assassinar seus opressores diretos, fossem esses senhores, feitores ou camaradas (Symanski, 2006, p. 33; Volpato, 1996). A ocorrência de fugas e a formação de quilombos foram outros atos de rebeldia comuns. Os quilombos aumentaram em número nessa região após 1850, alcançando seu pico durante a guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870, quando os esforços militares do governo foram concentrados na guerra. Durante esse período, os



Figura 1. Planta topográfica da nova descoberta da *quina* na Villa do Cuyabá. Autor: José Manuel de Siqueira. Ano: 1800. (a) Engenho Rio da Casca (sítio Taperão); (b) Engenho Água Fria (sítio Buritizinho); (c) Engenho do Quilombo; (d) Tapera do Pingador.

Figure 1. Topographic map of the new discovery of *quina* in the Village of Cuyabá. Author: José Manuel de Siqueira. Year: 1800. (a) *Engenho Rio da Casca* (Taperão site); (b) *Engenho Água Fria* (Buritizinho site); (c) *Engenho do Quilombo*; (d) *Tapera do Pingador*.

quilombolas tornaram-se cada vez mais ousados, atacando seguidamente os engenhos. Esta situação aumentou a instabilidade econômica da região, levando alguns dos senhores a investir menos na produção e mesmo a abandonar seus estabelecimentos (Volpato, 1996, p.232). O golpe final veio com a abolição da escravatura em 1888, quando a maioria dos agora ex-escravos abandonou essas fazendas, e diversos senhores de engenho, sem mão de obra suficiente para continuar desenvolvendo as atividades produtivas, tiveram que abandonar suas propriedades (Corrêa Filho, 1969, p. 111).

Os sítios pesquisados

296

A pesquisa arqueológica teve por propósito levantar e resgatar os sítios pré-históricos e históricos que seriam impactados pela implantação da UHE Manso, um empreendimento de Furnas Centrais Elétricas Ltda., cujo reservatório inundou uma área de 429 km². Com relação

aos sítios históricos, foram levantados três engenhos e um pequeno quilombo, os quais foram ocupados em diferentes intervalos no período entre 1780 e o começo do século XX (Symanski e Souza, 2001) (Figura 1). Na Figura 1 são apresentadas as informações sobre esses quatro sítios.

O maior sítio pesquisado foi o Engenho Rio da Casca (cadastrado como sítio Taperão), situado próximo ao rio que leva este nome. Foi ocupado entre o final do século XVIII e o final do XIX. Trata-se de um sítio de grandes dimensões para o contexto regional, com estruturas e artefatos distribuídos em uma área de 180 x 180 metros (Figura 2a). Foram escavados depósitos arqueológicos relacionados a seis unidades de habitação: a casa grande, que teve 50% de seu interior escavado por meio de quatro trincheiras, uma unidade associada a trabalhadores livres (agregados ou feitores) e quatro unidades associadas a senzalas. Foi escavado um total de 422 m², dentre sondagens, trincheiras e áreas amplas de escavação.

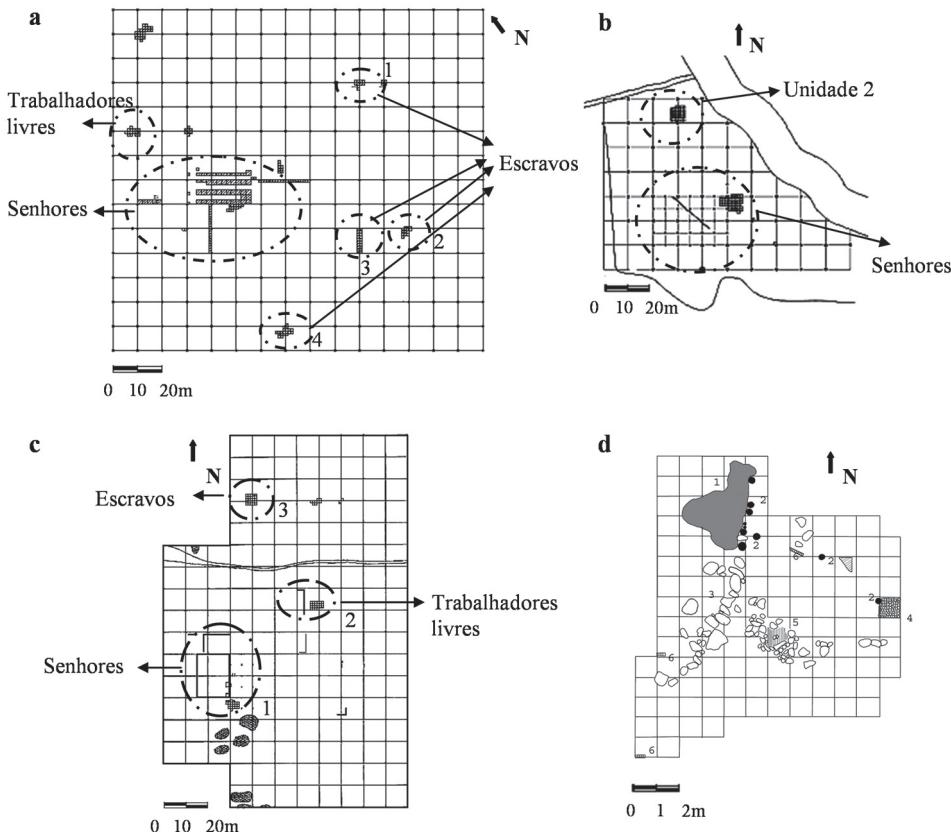


Figura 2. Plantas dos engenhos Rio da Casca (a), Quilombo (b), Água Fria (c) e da Tapera do Pingador (d).
Figure 2. Plans of the plantations of Rio da Casca (a), Quilombo (b), Água Fria (c) and Tapera do Pingador (d).

A sesmaria na qual o engenho foi implantado foi originalmente concedida ao capitão Francisco Ferreira de Azevedo, em 1786, sendo comprada, poucos anos depois, pelo capitão português Luís Monteiro Salgado. Em uma lista dos engenhos de Chapada dos Guimarães de 1798, Luís Monteiro já aparece bem estabelecido nessa propriedade, mantendo um plantel de 60 escravos. Ele morreu em 1808, ano no qual o plantel do engenho era composto por 32 escravos africanos e 29 afro-brasileiros. O engenho foi então herdado por sua esposa, Rosa Cardoso de Lima, que morreu em 1841. Nos 33 anos que Rosa Cardoso administrou o engenho, muitos dos escravos originais morreram ou foram vendidos, de modo que em 1841 o plantel havia diminuído para 33 escravos, muitos dos quais filhos de escravas nascidos no próprio engenho, havendo somente nove escravos africanos. Com a sua morte, o engenho passou para as mãos de João Fernandes de Mello, como parte do pagamento de uma dívida, e os escravos dispersaram-se, alguns sendo usados para pagar antigas dívidas e outros distribuídos entre os herdeiros. João Fernandes vendeu o engenho pouco tempo depois, visto que, quando sua esposa morreu, em 1856, este já não constava

nos bens inventariados do casal. Registros documentais dos ocupantes posteriores desse sítio não foram encontrados.

O segundo maior sítio escavado foi o Engenho Água Fria (cadastrado como sítio Buritizinho), o qual apresentou estruturas e artefatos distribuídos em uma área de 80 x 140 metros (Figura 2c). As escavações arqueológicas concentraram-se nos depósitos associados a três unidades de habitação, incluindo a casa grande (unidade 1), uma casa de trabalhadores livres (unidade 2) e uma senzala (unidade 3). Foi escavado um total de 117 m² neste sítio, dentre sondagens e áreas amplas de escavação.

O título dessa sesmaria foi concedido a Domingos da Silva Barreiros em 1809. Ele morreu em 1818, com o engenho ficando sob administração de sua viúva, Ana Luiza da Silva. Quando ela morreu, em 1848, esse estabelecimento mantinha 57 escravos, sendo 25 africanos e 32 afro-brasileiros. O engenho foi então herdado por sua filha, Antônia Pereira da Silva, viúva de José Gomes Monteiro, outro senhor de engenho da região. Antônia Pereira morreu em 1870, sem deixar descendentes, libertando todos os escravos em testamento, de modo que não

há listagem de escravos em seu inventário *post-mortem*. Ela deixou o engenho para sua afilhada Antônia Guilhermina de Oliveira, casada com o médico Caetano Xavier da Silva Pereira, o qual o vendeu alguns anos depois para Inácio José de Sampaio, que ainda possuía essa propriedade no início do século XX.

Diferentemente dos dois engenhos anteriores, o terceiro sítio pesquisado, o Engenho do Quilombo, era um estabelecimento de tamanho médio no contexto regional. Apresentou estruturas e artefatos distribuídos por uma área de 70 x 80 metros, sendo identificadas apenas duas unidades: a casa grande e outra unidade de habitação, a cerca de 30 metros ao norte desta, a qual não foi possível associar a uma unidade social específica, sabendo-se, por informação oral, que era ocupada por trabalhadores livres no início do século XX (Figura 2b). Foi escavado um total de 108 m² nesse sítio, dentre sondagens e áreas de escavação.

Seu primeiro proprietário foi Antônio Dias Lessa, que adquiriu essa sesmaria em 1781. No começo do século XIX, o português Domingos José de Azevedo comprou a propriedade. Ele era casado com Antônia Maria Dias, que morreu em 1812. Neste ano, o plantel era composto por 10 escravos africanos e 22 afro-brasileiros. Após a morte de Domingos José, nos anos de 1830, o engenho foi herdado por seu filho Francisco Vieira de Azevedo, então casado com Ana Lutéria de Azevedo. No ano da morte de Ana Lutéria, 1847, o plantel estava reduzido a 21 escravos, sendo apenas um africano. Francisco Vieira morreu em 1861, ano em que mantinha apenas 12 escravos no engenho, quatro africanos e oito afro-brasileiros. Sua segunda esposa, Ana Leite Pereira, vendeu a propriedade em 1870 para o coronel Antônio Bruno Borges. Este morreu em 1877, ano no qual o plantel era composto por 32 escravos, somente cinco dos quais africanos. No final do século XIX, os herdeiros de Antônio Bruno Borges venderam essa propriedade para Raimundo José da Siqueira, cujos descendentes ainda mantêm a posse da terra.

O sítio Tapera do Pingador apresentou especificidades que fortemente sugerem sua ocupação por quilombolas. Os vestígios de estruturas e artefatos estavam concentrados em uma área de apenas 20 x 20 metros, de modo que foi aberta uma única área de escavação, de 131 m² (Figura 2d). Na base do depósito arqueológico foi evidenciado um buraco de feição irregular, escavado no sedimento de matriz argilosa, com cerca de 4 metros de comprimento e com largura variável, alcançando 3 metros na extremidade NO e 1 metro na extremidade NE, e 40 cm de profundidade. Esta estrutura, bastante similar aos chamados *clay pits* encontrados em senzalas dos Estados Unidos (Ferguson, 1992, p. 64), foi preenchida quase que exclusivamente com fragmentos cerâmicos, sendo delimitada, em sua porção leste, por diversos esteios e um alicerce. Artefatos diagnósticos (moedas,

louças e garrafas) apontam para uma ocupação deste sítio durante a segunda metade do século XIX, avançando para as primeiras décadas do XX.

O sítio localiza-se em uma propriedade rural ocupada, desde o final do século XIX, por uma família afro-descendente, atualmente chefiada por Durvalino Nascimento da Mata. De acordo com as informações por ele fornecidas, o sítio teria sido ocupado por escravos que viviam sem senhores, tratando-se, assim, de um pequeno quilombo. Não foram encontradas informações documentais sobre este sítio, dado que somente há registros para a ocupação desta região a partir da década final do século XIX.

Caracterização da escravaria nos engenhos de Chapada

Pesquisas em inventários *post-mortem* de 53 senhores de engenho da região de Chapada e adjacências, constantes no Arquivo Público de Mato Grosso, permitiram levantar informações sobre os plantéis de escravos desses engenhos para o período entre 1790 e 1888. As listagens de escravos presentes nesses documentos apresentam, em sua quase totalidade, informações sobre procedência, gênero e idade dos mesmos e, mais raramente, sobre estado civil, ocupação, doenças e problemas físicos.

O tamanho dos plantéis desses estabelecimentos variou através do tempo e do espaço. A maioria (54,7%) conteve entre 20 e 49 escravos. Doze plantéis (22,6%) tinham entre 50 e 99 escravos, e outros 12 entre nove e 19. Apenas um plantel apresentou mais de 100 escravos. Esses engenhos, portanto, tenderam a manter plantéis superiores a 20 escravos. O tamanho médio desses plantéis aumentou de 38 escravos entre 1790 e 1809, para 53, entre 1810 e 1829, decrescendo então para 27, entre 1830 e 1849, 33, entre 1850 e 1869 e, finalmente, 23, entre 1870 e 1888. Verifica-se, assim, que no período entre 1790 e 1829 os plantéis dessa região eram bem maiores do que nas duas décadas finais da escravidão.

A origem dos escravos também apresentou significativas variações através do tempo. Para o período entre 1790 e 1869, foram identificadas 34 nações africanas. Esses grupos eram predominantemente procedentes da África Central, seguidos pela África Ocidental e, em menor quantidade, África Oriental (Tabela 1).

Dessas 31 nações, as numericamente dominantes, em ordem decrescente, foram Benguela, Mina, Congo, Moçambique, Angola, Hausa, Cabinda e Cassange. As quatro primeiras, por sua vez, tenderam a ser grupos majoritários em diferentes períodos entre 1790 e 1869 (Tabela 2). Assim, as nações Mina e Benguela foram majoritárias entre 1790 e 1829, com os Benguela constituindo o grupo

Tabela 1. Nações identificadas nos engenhos de Chapada dos Guimarães (1790-1869).**Table 1.** African nations identified in the plantations of Chapada dos Guimarães (1790-1869).

África Central	Angola, Benguela, Cabinda, Cassange, Congo, Loango, Manuama, Mazumbo, Mobundo, Monjolo, Quissama, Rebolo, Songo e Sunde.
África Ocidental	Beni, Cabo Verde, Gege, Hausa (Aussá), Mina, Nagô, Sobo e Tapa
África Oriental	Baca, Macumbe, Missena, Moçambique, Mujaca, Nhambanda, Quilungi e Pambá
Não identificadas	Chiburigo, Chumbo, Mampuia, Mapamgangue

mais numeroso entre 1810 e 1849. Nota-se, ainda, um aumento gradual de escravos da nação Congo, os quais se tornaram o grupo majoritário entre 1850 e 1869, seguidos, neste último período, pelos da nação Moçambique.

Verifica-se, ainda, um aumento gradual no número de nações africanas na região para o período entre 1790 e 1869, indicando que a diversidade cultural desses plantéis gradativamente aumentou através do tempo (Tabela 3).

Por fim, a proporção entre africanos e afro-brasileiros (classificados, de acordo com a cor da pele e ascendência, em crioulos, pardos, cabras e caburés) também variou significativamente neste período. Entre 1790 e 1829, a proporção de africanos aumentou de 44,4% para 60,2%, decrescendo a partir de então para 49,5%, 40,5%, e, entre 1870 e 1888, 21,9% (Tabela 4). Assim, o componente afro-brasileiro aumentou significativamente após 1850, alcançando a proporção de 78% no final desta série (1870-1888).

A variabilidade diacrônica da cerâmica e correlações com a composição escrava

Parte dos dados apresentados a seguir estão melhor detalhados em Symanski (2006) e Souza e Symanski

(2009), sendo sumarizados neste item com o propósito de demonstrar, em termos quantitativos, que a cerâmica decorada teve uma importância especial para os grupos escravos, sobretudo os africanos, de Chapada. Sendo demonstrada essa significância, no próximo item serão abordadas as formas como esses grupos reproduziram, com base nesse material, uma cosmologia típica da África subsaariana, a partir da qual eles se reappropriaram simbolicamente do espaço dos engenhos.

As mudanças na composição africana dos plantéis de Chapada entre 1790 e 1869 sugerem que diferentes influências culturais, sobretudo aquelas relacionadas às nações africanas que dominaram o cenário demográfico em diferentes períodos, podem ter sido introduzidas nessa região através do tempo. A cultura material produzida e utilizada pelos escravos, sobretudo a cerâmica localmente produzida, fornece informações sobre essa dinâmica.

As amostras cerâmicas das unidades escavadas foram cronologicamente ordenadas de acordo com as datas médias de ocupação de cada contexto. As datas médias foram estabelecidas com base nas amostras dos itens industrializados que apresentavam intervalos de produção identificáveis (principalmente louças, mas também vidros e moedas) e nas relações contextuais entre esses artefatos e a estratigrafia na qual estavam inseridos. Deve ser lembrado que as datações médias calculadas representam

Tabela 2. Nações africanas majoritárias (1790-1869).**Table 2.** Major African nations (1790-1869).

Nações	1790-1809		1810-1829		1830-1849		1850-1869	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mina	38	34.86	79	28.01	13	7.83	06	2.71
Benguela	30	27,52	96	34.04	39	23.49	17	7.69
Congo	9	8.25	22	7.80	23	13.85	63	28.50
Moçambique	0	0	0	0	20	12.04	44	19.90
Outros	32	29.35	85	30.14	71	42.77	91	41.17
Σ	109	99.98	282	99.99	166	99.98	221	99.97

Tabela 3. Variação no número de nações africanas.**Table 3.** Variation in the number of African nations.

Período	Número de nações africanas
1790-1809	12
1810-1829	14
1830-1849	21
1850-1869	28

Tabela 4. Variação na proporção entre africanos e afro-brasileiros (1790-1888).**Table 4.** Variation in the proportion between Africans and African-Brazilians (1790-1888).

	1790-1809		1810-1829		1830-1849		1850-1869		1870-1888	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Africanos	109	44.4	283	60.2	166	49.5	222	40.5	153	21.93
Afro-brasileiros	137	55.6	188	39.8	169	50.4	333	59.3	43	78.07
Σ	246	100	471	100	335	99.9	555	99.8	196	100

pontos médios de acumulação das amostras antes do que datas fechadas de deposição. Assim, uma amostra com data média de 1840 pode ter sido depositada, por exemplo, no intervalo entre 1830 e 1850.

Foram trabalhadas as amostras cerâmicas de 14 contextos referentes, sobretudo, ao século XIX, cujas datas médias estenderam-se entre 1797 e 1894. Nos casos de contextos estratificados, o conteúdo de cada estrato foi analisado como uma unidade diferente.

A primeira etapa da análise consistiu em estabelecer a frequência dos vasilhames decorados em cada contexto, para verificar se a decoração foi uma dimensão culturalmente significativa desses artefatos. Conforme pode ser visto na Figura 3, a frequência dos vasilhames decorados variou através do tempo. Nos contextos com datas médias anteriores a 1862.1 os fragmentos decorados representaram entre 20% e 38% das amostras. Já os contextos a partir de 1862.1 apresentam uma queda gradual na frequência desses fragmentos, chegando a apenas 10% da amostra oitocentista mais tardia (data média de 1894). Constatou-se, assim, que a dimensão decorativa da cerâmica localmente produzida perdeu gradualmente sua significância durante a segunda metade do século XIX.

Verifica-se, ainda, que em cinco dos seis contextos com datas médias entre 1836.2 e 1853 a proporção de cerâmicas decoradas é superior a 30%, demonstrando que no período entre os anos de 1830 e de 1860 a significância da dimensão decorativa das cerâmicas estava em seu ápice, o que corresponde fortemente ao ápice da

diversidade cultural entre os africanos nessa região (Tabela 3). Constatou-se, assim, que, à medida que africanos com *backgrounds* culturais diferenciados chegam a Chapada, a dimensão decorativa da cerâmica vai se tornando cada vez mais relevante. Do mesmo modo, a gradual queda na proporção das cerâmicas decoradas a partir de 1862.1 está fortemente correlacionada com o aumento do componente afro-brasileiro nesses plantéis, o qual passa de 50,4% entre 1830 e 1849 para 78% no final da série (1870-1888) (Tabela 4). Portanto, a dimensão decorativa da cerâmica perdeu relevância à medida que o componente afro-brasileiro nesses plantéis torna-se numericamente dominante. Em outras palavras, o declínio da cerâmica decorada ocorre simultaneamente à intensificação do processo geracional de crioulização dos plantéis, no qual os escravos afro-brasileiros superaram numericamente os africanos. Esse processo tendeu a dissipar as diferenças culturais entre os escravos, dado que os escravos brasileiros, embora também não representassem um grupo coeso, tenderam a compartilhar, desde o nascimento, condições de existência bastante similares.

Em suma, as correlações entre a decoração da cerâmica e a composição africana e afro-brasileira dos plantéis de Chapada indicam que a dimensão decorativa dos vasilhames cerâmicos foi muito mais culturalmente relevante para os escravos africanos do que para os afro-brasileiros. Portanto, para os grupos africanos a cerâmica, além de sua função utilitária, serviu como um veículo que expressava identidades diferenciadas nos espaços dos engenhos.

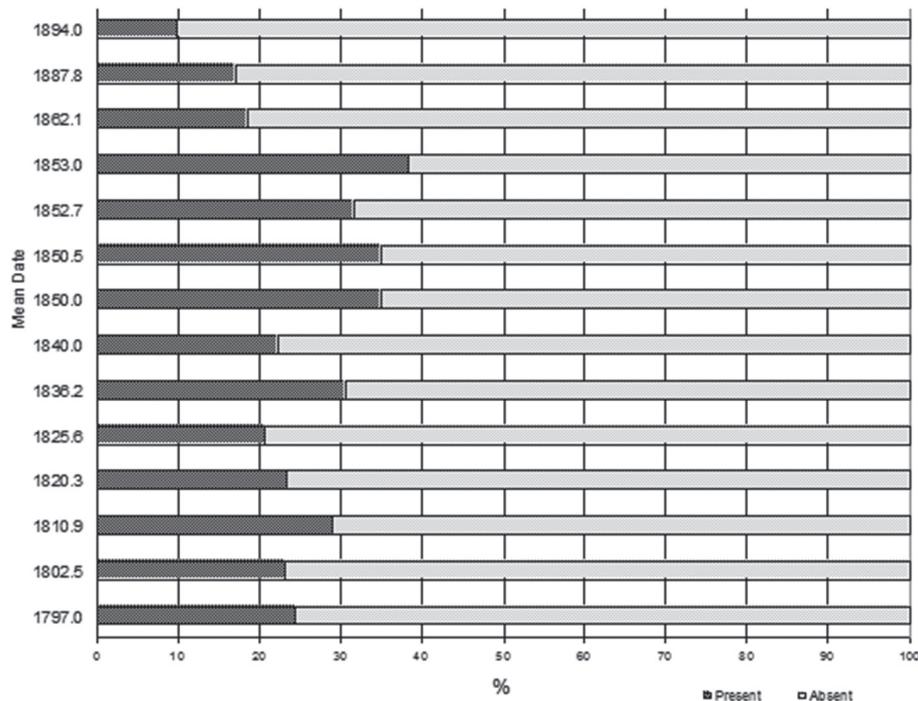


Figura 3. Proporções de vasilhames cerâmicos decorados para não decorados nos contextos analisados: 1797 – T: 380; 1802.5 – T: 194; 1810.9 – T: 251; 1820.3 – T: 440; 1825.6 – T: 140; 1836.2 – T: 535; 1840.0 – T: 1547; 1850.0 – T: 687; 1852.7 – T: 196; 1853.0 – T: 475; 1862.1 – T: 425; 1887.8 – T: 349; 1894.0 – T: 278.

Figure 3. Proportions of decorated to undecorated low-fired earthenware sherds in the analyzed contexts: 1797 – T: 380; 1802.5 – T: 194; 1810.9 – T: 251; 1820.3 – T: 440; 1825.6 – T: 140; 1836.2 – T: 535; 1840.0 – T: 1547; 1850.0 – T: 687; 1852.7 – T: 196; 1853.0 – T: 475; 1862.1 – T: 425; 1887.8 – T: 349; 1894.0 – T: 278.

Ainda considerando a dimensão decorativa dos vasilhames cerâmicos, verifica-se que os contextos iniciais, com datas médias entre 1797 e 1836.2, apresentam uma menor variabilidade do que os contextos posteriores. Este dado, por si só, é extremamente significativo, pois este é justamente o período do pico demográfico dos escravos em Chapada. Neste período, a decoração consiste, predominantemente, em motivos geométricos incisos, aplicados na porção superior dos vasilhames, nas formas de diamantes e ziguezagues, ocorrendo também ondulações (Figura 4). Muitos desses vasilhames apresentam os roletes expostos na porção superior do bojo, com os padrões decorativos incisos feitos sobre esses roletes. Há ainda vasilhames pintados em vermelho e corrugados, além de raros exemplares de vasilhames ponteados, digitados e ungulados.

Nos contextos posteriores a 1836, os vasilhames com roletes expostos superpostos e com incisões caem drasticamente em popularidade, o mesmo ocorrendo com os vasilhames pintados em vermelho. Embora os padrões incisos na forma de ziguezagues, diamantes e ondulações continuem populares, são introduzidos na região uma grande diversidade de novos motivos decorativos, bem como novas técnicas de decoração, as quais incluem o

estampado, o impresso com tecidos e o impresso em círculos. Finalmente, tornam-se comuns composições com o uso combinado dessas diferentes técnicas, como incisão e ponteado, incisão e impressão, etc. (Figura 5).

Deve ser realçado que todas essas inovações nos contextos com datas médias posteriores a 1836 ocorrem justamente no período em que a diversidade cultural africana está exponencialmente crescendo na região (Tabela 3) e, consequentemente, a importância da dimensão decorativa desses artefatos atinge seu ápice. Assim, tais inovações não podem ser dissociadas da influência cultural dos novos grupos de escravos africanos que chegam à região a partir de então. Esses dados fortalecem a hipótese de que a cerâmica foi empregada como suporte de identidades africanas diferenciadas no espaço dos engenhos. Nesse sentido, a queda na frequência dos vasilhames com pintura e engobo vermelho, após 1825.6, e naqueles com roletes visíveis adicionados de incisões, após 1836, apresenta, respectivamente, uma forte correlação com o declínio da população dos escravos Mina e Benguela.

Em contraste com os escravos Mina, cuja associação com regiões específicas da África é problemática, dado que esta designação pode referir-se a qualquer

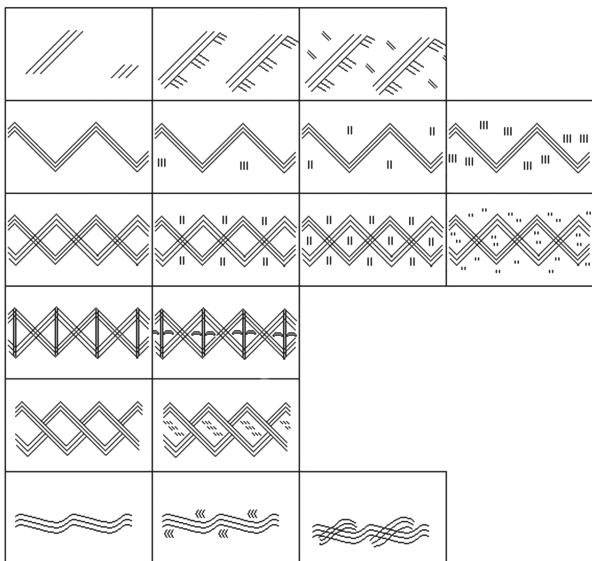


Figura 4. Motivos decorativos comuns nos vasilhames cerâmicos de contextos com datas médias entre 1797 e 1836.2.

Figure 4. Decorative motifs common in the vessels from contexts with mean dates between 1797 and 1836.2.

escravo da África Ocidental embarcado para o Brasil no Golfo de Benin, então conhecido como a Costa da Mina (Kiddy, 1999, p. 235; Nishida, 2003, p. 31), os escravos Benguela vieram, predominantemente, de uma região da África Central mais geograficamente circunscrita: o Planalto de Benguela, no sul de Angola (Cândido, 2006, p. v). Este território sustentou uma das maiores populações da África Central, devido à boa qualidade dos solos e condições climáticas propícias para a agricultura

(Miller, 1988, p. 17). No século XIX, havia 22 chefias no planalto, cada uma das quais comandadas por um chefe supremo (Childs, 1949, p. 168; McCulloch, 1952, p. 1-2). Essas chefias, embora não constituindo uma entidade política única, estavam ligadas umas às outras em termos políticos e comerciais, compartilhando de uma ideologia comum que legitimava o direito das linhagens dominantes a herdarem o controle desses estados a partir da crença de que os governantes tinham poderes sobrenaturais, sendo comum a prática de casamento entre essas linhagens (Heywood, 2000, p. 4). No final século XIX, esses povos, faladores do Umbundu, passaram a ser genericamente conhecidos como Ovimbundu (Cândido, 2006, p. 239-240).

Voltando para a questão da variabilidade decorativa da cerâmica dos engenhos de Chapada dos Guimarães, verifica-se que os motivos decorativos que os Ovimbundu ainda empregam na cerâmica, em ornamentos como braceletes, e em escarificações (Gerdes, 1995; Hauenstein, 1964, 1988) são muito similares aos motivos incisos presentes nas cerâmicas dos contextos que apresentam datação média entre 1797 e 1850 (Figura 6), o que sugere que escravos com *backgrounds* culturais referentes a essa região de Benguela reproduziram, nestas cerâmicas, signos e representações de suas sociedades de origem e, assim,ativamente utilizaram esse material para expressar uma identidade diferenciada dos demais grupos escravos africanos e brasileiros.

Outra correlação significativa ocorre entre o aumento de escravos da nação Congo, a partir de 1830, os quais se tornam o grupo africano majoritário entre 1850 e 1869 (Tabela 2), e o surgimento nas amostras cerâmicas

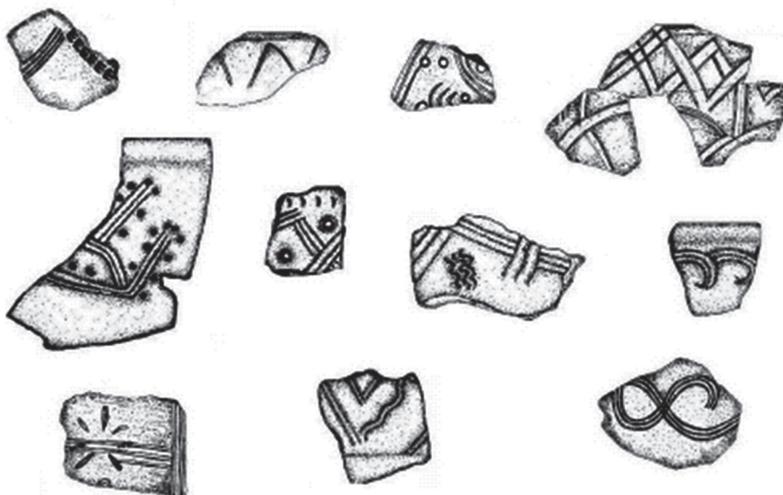


Figura 5. Técnicas e motivos decorativos comuns nos contextos com datas médias posteriores a 1836.

Figure 5. Decorative techniques and motifs common in the contexts with mean dates after 1836.

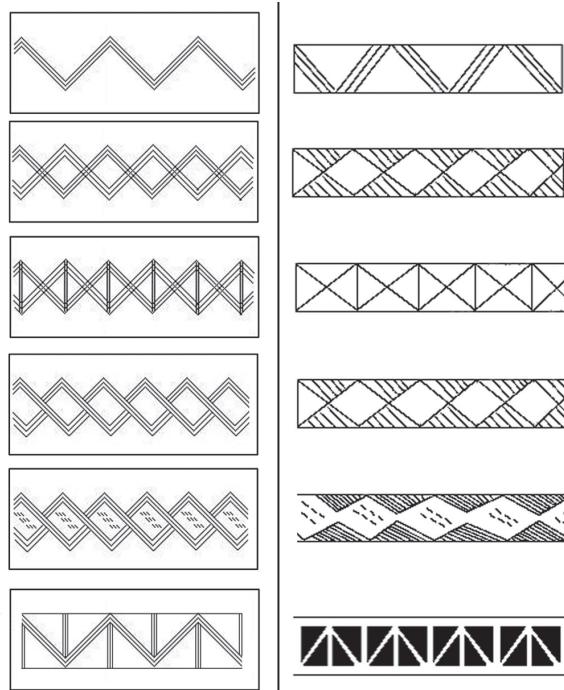


Figura 6. Caixa da esquerda – motivos incisos comuns nos contextos com datações médias entre 1797 e 1850 de Chapada dos Guimarães. Caixa da direita – motivos decorativos usados pelos Ovimbundu (in Gerdes, 1995; Hauenstein, 1964, 1988).

Figure 6. Left box – Incised designs in pottery assemblages mean dated between 1797 and 1850 in Chapada dos Guimarães. Right box – Ovimbundu designs (in Gerdes, 1995; Hauenstein, 1964, 1988).

de contextos a partir de 1836.2 de um aplique circular, com diâmetro médio de 2 centímetros, contendo em seu interior uma incisão em forma de cruz ou, mais raramente, de asterisco. Este mesmo signo tem sido encontrado em contextos norte-americanos sobre cerâmicas e outros suportes materiais, sendo interpretado como um cosmograma Bakongo (Ferguson, 1992; Fennell, 2003). Os Bakongo ocupam a parte sul da República Democrática do Congo e o norte de Angola. Para eles, a cruz dentro do círculo simboliza a jornada diária do sol em volta do mundo dos vivos e do mundo dos mortos. A água, representada pela linha horizontal, divide esses dois mundos. O círculo representa a noção de que a vida não tem fim, constituindo um ciclo (Thompson, 1983, p. 108-109). Deve-se considerar, contudo, que na África Central este signo não é exclusivo dos Bakongo, também sendo comum entre outros grupos, como os Chokwe, Luena (Redinha, 1948, p. 74, 80) e mesmo entre os Ovimbundu (Hambly, 1934, p. 300) (Figura 7). Pelo menos os Chokwe atribuem a este signo significados muito similares aos da cosmologia Bakongo, considerando-o uma representação do sol (Redinha, 1948, p. 74, 80). Não obstante, em Chapada

há uma forte correlação entre a introdução deste signo e o aumento em número dos escravos Congo e de outros grupos do norte da África Central (Cabinda, Loango, Manuana, Mazumbo, Monjolo e Sunde), sugerindo que esses grupos foram os principais responsáveis pela introdução desse signo na região.

Deve-se considerar que, independentemente da identidade original das ceramistas que aplicaram cruzes dentro de apliques circulares nos vasilhames cerâmicos de Chapada, este signo, por ser amplamente difundido na África Central, provavelmente permitiu entendimentos mútuos entre esses grupos no espaço dos engenhos. De fato, diversos autores concordam que os centro-africanos compartilham um complexo cultural caracterizado por similaridades linguísticas e uma cosmologia religiosa comum, baseada no complexo fortuna-infotúnio, a qual considera a ordem natural do universo como benevolente, porém com o infotúnio podendo ser causado pela ação maléfica de espíritos ou de outras pessoas, através da feitiçaria (Craemer *et al.*, 1976; Curto e Lovejoy, 2004, p. 12; Heywood, 2002; Karash, 2000, p. 355-356; Lima, 1988, p. 223; Slenes, 1991, 2002; Sweet, 2003; Thompson, 1983, p. 104; Thornton, 1998). Em Mato Grosso, a comunidade afro-brasileira de Vila Bela ainda mantém essa cosmologia, dividindo o universo em dois mundos antagônicos, mas complementares: o mundo material dos vivos e o mundo sobrenatural dos mortos e de outras entidades. Esses mundos se mantêm em permanente tensão, sendo considerado essencial para a manutenção da vida na comunidade o controle do mundo sobrenatural, através de ritos e práticas mágicas (Bandeira, 1988, p. 184).

Em suma, quando os africanos das nações Mina e Benguela foram grupos majoritários na região, entre 1790 e 1830, a cerâmica apresentou uma menor diversidade de motivos e técnicas decorativas. Entre 1830 e 1870, quando a população africana atingiu o ápice da diversidade cultural na região, a cerâmica decorada alcançou o pico da sua frequência e variabilidade decorativa. À medida que essa diversidade cultural africana foi sendo superada por uma população crioula, de escravos nascidos na região, sobretudo após 1870, a cerâmica decorada caiu em popularidade e os motivos decorativos tornaram-se mais simples. Essas correlações sugerem que escravos com *backgrounds* culturais diferenciados instrumentalmente usaram a cerâmica decorada para expressar as suas identidades.

O espaço dos engenhos: poder, memórias e representações

303

O *layout* e a distribuição das estruturas dos engenhos de Chapada foram organizados pelos senhores

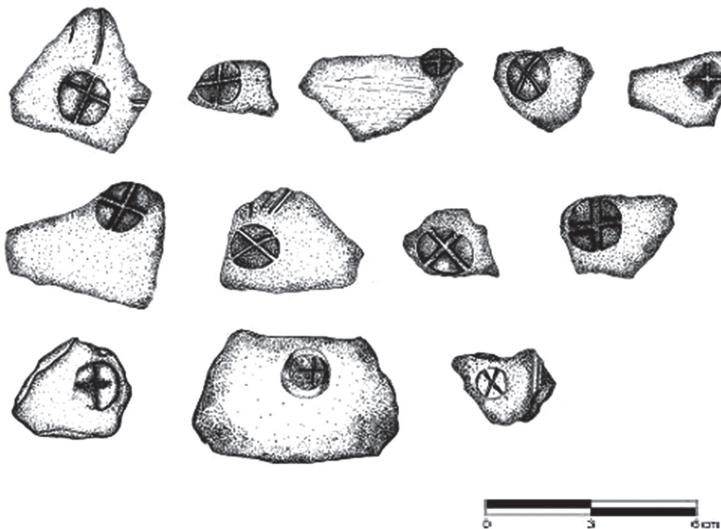


Figura 7. Fragmentos cerâmicos de Chapada apresentando apliques circulares com cruz incisa.
Figure 7. Ceramic sherds of Chapada presenting circular appliques with incised cross.

de engenho com o propósito de realçar um arranjo hierárquico, definido de acordo com a maior ou menor proximidade da sede, visando impor ordem e controle visual sobre esse espaço e sobre os grupos subordinados. A casa grande era a expressão material máxima do poder do senhor de engenho, sendo a única construção feita com pedras e coberta de telhas, em contraste com as casas dos escravos, construídas apenas com materiais perecíveis: argila, madeira e palha. O caráter durável do material usado para construir a casa grande dava a ela um caráter de continuidade temporal, assim servindo para legitimar e reproduzir relacionamentos sociais hierárquicos através do tempo. As unidades de habitação mais próximas a esta casa eram associadas a trabalhadores livres que viviam nos engenhos (Symanski, 2006; Volpato, 1996, p. 6). Finalmente, as unidades relacionadas aos escravos localizavam-se mais distantes da casa grande, a uma distância média de 60 metros, conforme constatado nos sítios Taperão (Engenho do Rio da Casca) e Buritizinho (Engenho Água Fria). Desse modo, a distância espacial era igualizada com o distanciamento social. Essa distribuição hierárquica das unidades de habitação dos distintos grupos sociais que ocuparam esses engenhos está representada em um desenho do Engenho Buriti, feito pelo pintor francês Hercules Florence, quando visitou a região de Chapada em 1827.

A distribuição dos itens materiais industrializados no interior dos engenhos, sobretudo louças e vidros, reafirmava essa ordem hierárquica, ocorrendo uma maior

disponibilidade dos mesmos na área da casa grande e uma gradual diminuição entre as áreas adjacentes (trabalhadores livres) e periféricas (escravos), à medida que as proporções da cerâmica de produção local aumentavam (Figura 8). À cerâmica de produção local era atribuído um valor econômico tão baixo que essa categoria não aparece no arrolamento da tralha doméstica dos inventários pesquisados dos moradores da região de Chapada dos Guimarães e de Cuiabá, independentemente de filiação social. A única exceção foi o “inventário de pobreza” da africana livre Joaquina Mina, feito por ocasião de seu assassinato, em 1832². Neste inventário, as panelas de cerâmica foram avaliadas por 50 réis cada, enquanto que pratos de louça europeia, brancos sem decoração, que eram os mais baratos disponíveis no mercado (Symanski, 1998), foram avaliados em 200 réis a unidade.

A distribuição hierárquica dos artefatos móveis é especialmente nítida no caso das louças europeias, verificando-se que os senhores mantinham as porcelanas e louças decalcadas de maior valor e distribuíam louças de valor intermediário para os trabalhadores livres. Aos escravos cabiam apenas as louças brancas mais baratas e as louças decoradas que estavam velhas e provavelmente danificadas. Deve ser considerado que, a exemplo das camadas médias e altas da sociedade brasileira oitocentista, os senhores de engenho atribuíam uma significância social especial às louças europeias, que atuavam como marcadores de *status* socioeconômico e como indicadores de padrões de

² Arquivo Público do Mato Grosso, inventário, Joaquina Mina. 5º Ofício, Caixa 33, Processo No. 655, Ano: 1832.

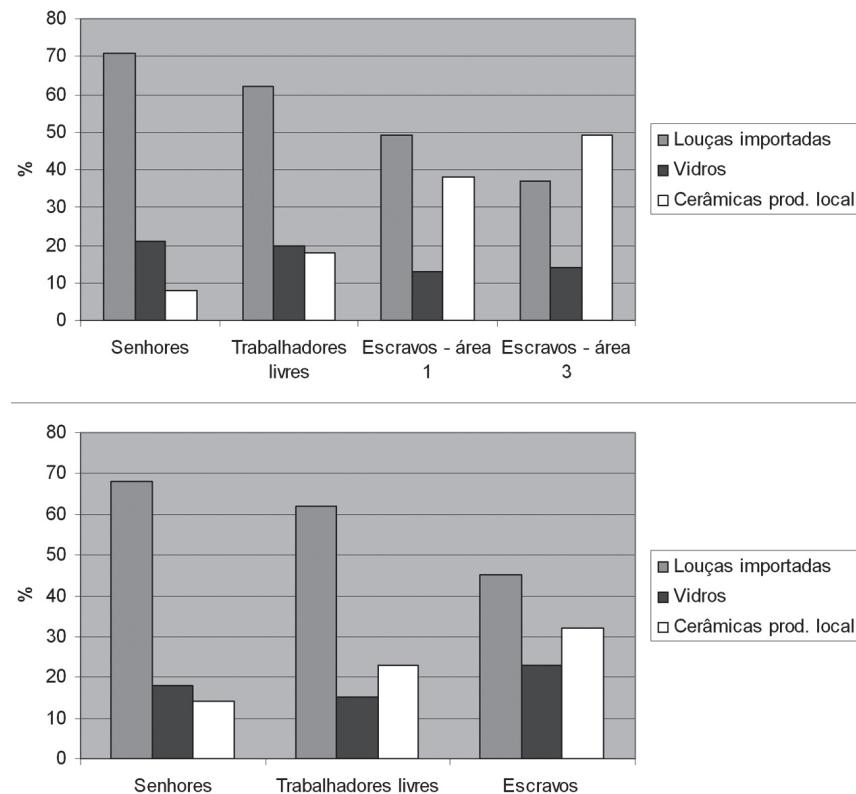


Figura 8. Porcentagens de louças importadas, vidros e cerâmicas de produção local dos contextos relacionados a senhores, trabalhadores livres e escravos dos engenhos Rio da Casca (caixa superior) e Água Fria (caixa inferior).

Figure 8. Percentages of refined earthenware, glasses, and low-fired earthenware present in contexts related to planters, free laborers, and slaves. Engenho Rio da Casca (upper box) and Água Fria (lower box).

comportamento social mais sofisticados, relacionados com o modo de vida burguês europeu ocidental (Lima, 1996, 1997; Symanski, 1998, 2002). Ao visitar o Engenho do Quilombo, em 1827, Langsdorff (1998, p. 111) observou que a mesa de jantar era belamente servida, com louças inglesas e com um jogo de talheres de prata. Mesmo assim, o senhor de engenho, Domingos José de Azevedo, desculpou-se repetidamente sobre a simplicidade da sua louça de mesa, argumentando que a maioria dos seus jogos de jantar estava em sua casa de Cuiabá.

A manipulação do espaço físico e social dos engenhos pelos senhores pode ser descrita como uma série de oposições: senhores brancos x escravos negros; casas grandes de pedras e com cobertura de telhas x senzalas de barro e cobertura de folha de buriti; centro (casa-grande) x periferia (senzala); louças brancas finas europeias x cerâmicas pretas, grosseiras, de produção local; modernidade europeia x “primitivismo” africano. Essas oposições têm como seu elemento central a dicotomia natureza-cultura, a qual foi promovida pela visão do senhor do que deveria ser o espaço social do engenho. Assim, da perspectiva dos senhores, esse espaço social poderia ser visto como

a gradação de uma série de esferas, partindo do domínio da cultura, cujo núcleo era a casa grande, para o domínio da natureza. As casas adjacentes dos trabalhadores livres, geralmente ocupadas por indivíduos de ascendência mista, mulatos ou cabras, com sua cultura material híbrida, representava uma esfera inferior de cultura. As senzalas, localizadas mais distantes da casa grande, nos limites do espaço de vida cotidiana dos engenhos, representavam uma esfera ainda mais inferior, já próxima ao domínio da natureza. De fato, os escravos, assim como os produtos agrícolas plantados no entorno do engenho, precisavam ser “domesticados” pelos senhores. Assim, seguindo a esfera dos escravos, a mais baixa esfera de cultura eram os campos agrícolas em volta do engenho. Envolvendo essa esfera estava o domínio da natureza, representada pela perigosa floresta, espaço de bestas, animais selvagens e índios não civilizados.

A imposição da ideologia da Igreja Católica aos escravos foi outro importante elemento desse sistema de dominação. Essa ideologia visava a inculcar nos escravos a importância da passividade cristã perante a vontade de Deus. Assim, na qualidade de bons cristãos, os escravos de-

veriam aceitar sua condição servil passivamente (Vainfas, 1986, p. 101, 127). Para o caso dos engenhos de Chapada, a imposição da religião católica aos escravos era evidente na onipresença das capelas (Mesquita, 1931, p. 36-37; Symanski, 2006, p. 40), na preocupação dos senhores de engenho em casar seus escravos na igreja (Crivelente, 2001) e, sobretudo, na imposição da prática cotidiana da oração (Florence, s.d., p. 118; Volpato, 1993, p. 149).

É bastante provável, entretanto, que muitas vezes a adoção de elementos da religiosidade cristã pelos escravos tivesse um caráter tático de negociação com a sociedade dominante, não alterando o centro de seus sistemas de crenças de matriz africana. Nesse sentido, Karash (2000, p. 361-362) observou, para o caso do Rio de Janeiro oitocentista, que os centro-africanos adoravam as imagens dos santos católicos como poderosos amuletos, ressemantizando assim essas imagens de acordo com seus sistemas de crenças. Deve-se considerar que, embora haja uma grande variação nos sistemas religiosos na África subsaariana, há uma série de princípios centrais que são compartilhados. Esses princípios incluem a crença em uma energia universal, que é colocada no centro da ordem natural das coisas; a habilidade para incorporar novos elementos dentro de sua estrutura tradicional; e a preocupação central com os seres humanos, dado que o espiritual é visto como estando contido não somente no mundo sobrenatural, mas também na dimensão física da experiência (Harding, 2000, p. 39-41; Mbiti, 1990, 1991).

Em Chapada dos Guimarães, a mais frequente evidência da manutenção de sistemas de crenças de base africana são os já discutidos signos cruciformes incisos em apliques circulares, os quais se popularizaram na região justamente no período em que os escravos da nação Congo tornam-se um dos grupos majoritários (1830-1869). Há, porém, outras evidências, dos engenhos Rio da Casca e Água Fria, que apontam para a manutenção de práticas religiosas de matriz africana.

Para o caso do engenho Rio da Casca, verificou-se a implantação, abaixo do piso da casa grande, de uma série de artefatos que podem ser associados com práticas mágico-religiosas comuns entre africanos na diáspora. Este foi o caso de um prato de cerâmica com uma moeda de cobre em seu centro, implantado no canto de um dos recintos. A dimensão ritual deste material é sugerida por uma descrição histórica de um escravo Mina preso em João Pessoa, em 1799, o qual, visando prever seu futuro, colocou uma moeda no centro de um prato com água (Sweet, 2003, p. 130). No Mato Grosso, práticas divinatórias similares foram registradas entre africanos acusados de feitiçaria por ocasião da visita Diocesana entre 1785 e 1787 (Rosa, 1996, p. 213). Foram ainda evidenciados 11 cristais de quartzo no interior dessa habitação, em grupos de dois, três e quatro,

em um caso associados com três cachimbos de barro e colocados na área da porta de entrada da habitação. A prática de esconder itens de conjuro na casa dos inimigos, geralmente perto da porta de entrada, é comum entre os Bantos de Angola (Capelo e Ivens, s.d. [1886], p. 134-136; Figueira, 1938, p. 201), cabendo destacar ainda que cristais de quartzo têm um significado especial na cosmologia Bakongo, representando a água que envolve o mundo dos mortos. Por fim, um vasilhame cerâmico contendo um aplique com um asterisco dentro de um círculo, ou seja, uma provável representação do cosmograma Bakongo, foi evidenciado no interior dessa habitação. Essas evidências apontam para uma notável tática dos escravos, qual seja, a de controlar, através da manipulação do mundo sobrenatural, os senhores de engenho, da mesma forma que estes tentavam controlar, através da coação e de castigos físicos, a vontade dos escravos.

Outro achado significativo é um par de garrafas completas, uma de vidro preto e a outra de grés branco, que foram enterradas em um dos cantos da senzala do Engenho Água Fria. Achados similares de garrafas completas, sempre em pares e enterradas nos cantos das senzalas, foram registrados na Jamaica e nos Estados Unidos, sendo identificadas como garrafas de feitiço (Wilkie, 1997, p. 88-89). Garrafas eram também um item comum na parafernália ritual das casas de candomblé baianas do século XIX (Harding, 2000, p. 75-76), tendo sido ainda usadas por escravos angolanos e congoleses no Brasil em práticas divinatórias (Sweet, 2003, p. 126).

Os dados arqueológicos indicam, portanto, que não apenas as estratégias para a imposição da religião católica sobre os escravos foram menos efetivas do que pretendiam os senhores de engenho, mas que todos os demais artifícios empregados por estes para manipular o espaço físico e social do engenho, e assim legitimar a assimetria das relações de poder, podem ter sido pouco eficientes sob o ponto de vista daqueles. O aspecto principal a ser considerado é que os escravos, sobretudo os africanos, tinham *backgrounds* culturais totalmente diferentes daqueles dos senhores de engenho e, consequentemente, atribuíam diferentes significados ao mundo material que os envolvia. Assim, eles dificilmente concederam às louças europeias a mesma significância social atribuída a esses itens pelos senhores de engenho, pois não estavam preocupados com os discursos capitalistas assimilados pelas altas classes da região. Por outro lado, a cerâmica de produção local, embora apresentando o mais baixo valor econômico dentre os itens materiais cotidianos, teve, conforme já discutido, um valor simbólico muito elevado para eles, apresentando diversos elementos que realçavam seus diversificados *backgrounds*. Assim, os signos e motivos decorativos presentes na cerâmica local

serviram para reproduzir memórias, sistemas de crenças e identidades de matriz africana.

Ao comparar dados de 102 sociedades da África subsaariana, Gosselain (1999) concluiu que há certos princípios subjacentes relacionados ao simbolismo da cerâmica que são amplamente compartilhados. Este é o caso da “filosofia termodinâmica”, que diz respeito à ideia de que tanto o universo quanto as ações humanas têm que ser mantidos a uma temperatura baixa e constante, o que é igualmente necessário para a produção dos vasilhames cerâmicos. Outra concepção comum é a identificação conceitual dos vasilhames cerâmicos com os corpos humanos, dado que em muitos mitos de origem africanos os seres humanos foram criados a partir de vasilhames cerâmicos. Assim, os mesmos tipos de tratamento dado aos corpos dos seres humanos também são dados aos vasilhames, incluindo decorá-los com escarificações e tatuagens, designar suas diferentes partes com os mesmos nomes de partes do corpo humano e realçar partes diferentes de seus corpos visando especificar gênero, masculino ou feminino (David *et al.*, 1988; Posnanski,

1999, p. 27-28; Pikirayi, 1993, p. 145-146; Darish, 1990, p. 11-12). Gosselain (1999, p. 214) observa ainda que há fortes analogias entre o processo de produção dos vasilhames cerâmicos e de seu ciclo de vida e os processos de transformação ao qual as pessoas são sujeitas durante a sua vida, de modo que a cerâmica serve como “[...] um instrumento ou modelo no curso das transformações culturais ou mesmo como uma metáfora para explicar certas transformações fisiológicas ou míticas”.

Considerando essas analogias, torna-se clara a atribuição da produção ceramista ao gênero feminino na grande maioria dessas sociedades, dado o papel fundamental da mulher na reprodução biológica da sociedade, através do parto e da criação dos filhos. A associação da cerâmica com as mulheres, e consequentemente com a fertilidade, está também relacionada com o fato de elas serem as principais responsáveis pelo cultivo da terra e preparação dos alimentos. Esta associação é particularmente forte entre os grupos banto da África Central (Angola – Culturas Tradicionais, 1976, p. 20). Para o caso de Mato Grosso, essa fundamentação cosmológica das funções

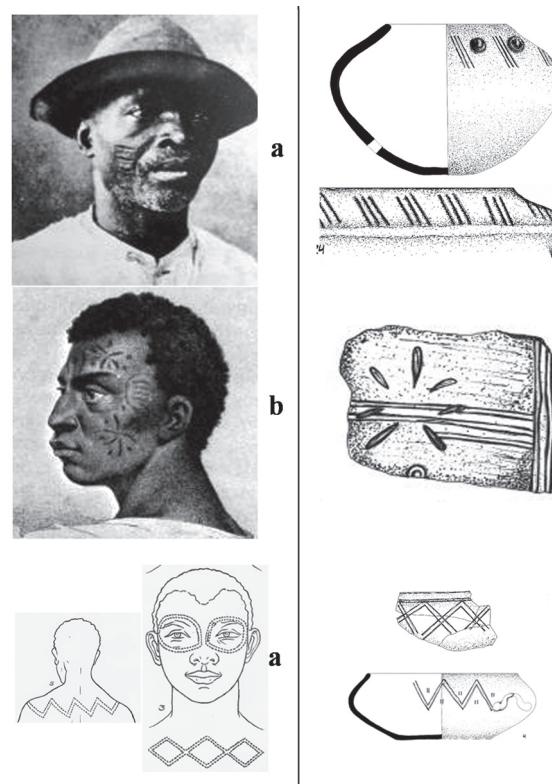


Figura 9. Caixa da esquerda – (a) homem yoruba (foto de Guilherme Gaensly, c. 1880); (b) escravo da nação Moçambique (in Rugendas, 1979); (c) escarificações dos Ovimbundu (Hambly 1934, p. 300). Caixa da direita – fragmentos cerâmicos dos *engenhos* Rio da Casca e Água Fria.

Figure 9. Left box – (a) Yoruba male (photo by Guilherme Gaensly, c. 1880); (b) slave from the Mozambique nation (in Rugendas, 1979); (c) Ovimbundu scarifications (Hambly 1934, p. 300). Right box – Pottery from the *engenhos* Rio da Casca and Água Fria.

de gênero foi mantida nas comunidades afro-brasileiras remanescentes de quilombos, como as de Vila Bela, onde as mulheres eram as responsáveis pelo cultivo e colheita dos produtos agrícolas (Bandeira, 1988, p. 158).

Nos engenhos de Chapada há evidências que sugerem que os escravos mantiveram a concepção antropomórfica dos vasilhames cerâmicos e, assim, a cosmologia associada aos mesmos, posto que em todos os sítios pesquisados há vasilhames decorados com motivos típicos de marcas de escarificação de grupos da África Ocidental, Central e Oriental (Figura 9). No Brasil, as marcas de escarificação consistiam na mais evidente distinção física entre africanos e crioulos, constituindo-se em signos através dos quais africanos da mesma etnia podiam facilmente identificar uns aos outros e serem identificados por aqueles de outros grupos.

Embora os escravos africanos não tivessem possibilidade de reproduzir esses signos no corpo de seus descendentes, eles o fizeram no corpo de seus vasilhames cerâmicos. Nesse sentido, quando aplicavam esses motivos na cerâmica, eles não somente estavam reproduzindo uma estética e cosmologias de origem africana, mas também um corpo africano ideal, que não poderia mais ser biologicamente reproduzido neste novo ambiente. Ashmore e Knapp (1999, p. 14) lembram que conceitos míticos ou cosmológicos são embutidos na memória coletiva de um grupo e na memória individual de seus membros. Tais memórias são frequentemente os meios de organizar, usar e viver na paisagem. Ou seja, a paisagem é reapropriada e traduzida através da memória de um grupo. Nesse sentido, a cerâmica dos engenhos de Chapada e seus motivos decorativos tiveram o propósito de manter e reproduzir memórias, representações e sistemas de crenças de origem africana.

Escravos e senhores, portanto, perceberam o espaço dos engenhos através de lentes culturais muito diferenciadas. Os senhores organizaram esses espaços seguindo um modelo estritamente hierárquico, distribuindo louças e vidros de produção europeia em um esforço para realçar as distinções socioeconômicas entre os grupos. Eles, assim, enfatizaram o valor econômico desses itens, um tipo de valor característico do sistema capitalista no qual este grupo estava imerso. Essa cultura capitalista de consumo era forânea aos referenciais dos escravos, de modo que estes podem não ter reconhecido a significância social que os senhores atribuíam a esses itens. Por outro lado, os escravos impregnaram a categoria material de mais baixo valor econômico, a cerâmica por eles produzida, com diferentes séries de valores, os quais realçavam os seus referenciais africanos. Através da ampla distribuição desse material no espaço dos engenhos, presente em todos os contextos escavados, não somente como vasilhames que eram constantemente manipulados para a cocção e consumo de alimentos, mas também como fragmentos espalhados pela superfície das áreas de atividades cotidianas, os

escravos reapropriaram-se do espaço dos engenhos de acordo com suas próprias percepções, impregnando esse espaço com memórias e representações de origem africana. Nesse sentido é interessante notar que entre os Ovimbundu do planalto de Benguela os motivos decorativos das cerâmicas são chamados *oku-taleka*, uma expressão derivada do verbo *tala*, que significa olhar ou ver (Estermann, 1960, in Gerdes, 1995, p. 30). Desse modo as ceramistas africanas, seja nas aldeias do planalto de Benguela ou nos engenhos de Chapada dos Guimarães, fizeram esses desenhos para serem vistos, para serem olhados, percebidos e entendidos por aqueles que compartilhavam o mesmo *background cultural*.

Considerações finais

Este trabalho teve por propósito demonstrar que os escravos africanos em Chapada dos Guimarães não se tornaram um grupo culturalmente homogêneo apenas porque compartilharam as mesmas condições sociais e materiais de existência. As evidências apresentadas, assim, não se encaixam no modelo tradicional de crioulização proposto por Mintz e Price (1992), que consiste no modelo atualmente hegemônico da arqueologia afro-americana (ver Delle, 2000; Ferguson, 1992, 2000; Singleton, 1998; Wilkie, 2000). Mintz e Price (1992) enfatizaram a ideia de que os africanos nas Américas sucumbiram a um rápido processo de crioulização devido a fatores como as especificidades dos novos ambientes sociais e culturais e a composição culturalmente misturada dos plantéis, tidos como compostos por africanos de origens tão diversas que teriam poucas possibilidades de comunicação e, assim, de manter práticas e tradições de suas culturas originais. O caso dos engenhos de Chapada demonstra que africanos de diferentes regiões de África utilizaram a cerâmica como veículo de expressão de identidades diversificadas. Através desse material, os africanos reproduziram, no espaço dos engenhos, memórias e representações de sua terra natal e, assim, se reapropriaram simbolicamente desses espaços. Embora o processo de crioulização tenha ocorrido nesses engenhos, ele exibiu um ritmo diferente daquele proposto por Mintz e Price, somente tornando-se mais evidente quando uma população escrava crioula, no sentido de nascida no Brasil, superou numericamente a população africana, após 1860.

Referências

ANGOLA – CULTURAS TRADICIONAIS. 1976. Instituto de Antropologia. Coimbra, Universidade de Coimbra, 67 p.

ASHMORE, W.; KNAPP, A. 1999. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: W. ASHMORE; A. KNAPP (orgs.), *Archaeologies of landscape*. Malden, Blackwell Publishers, p. 1-32.

BANDEIRA, M.L. 1988. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo, Brasiliense, 278 p.

CÂNDIDO, M.P. 2006. *Enslaving frontiers: slavery, trade and identity in Benguela, 1780-1850*. Toronto, Canadá. Tese de Doutoramento. York University, 321 p.

CAPELO, H.; IVENS, R. [s.d.] *De Angola à Contracosta*. Lisboa, Europa-América, 280 p.

CHILD, G. 1949. *Umbundu kinship and character*. London, Oxford University Press, 245 p.

CORRÊA FILHO, V. 1969. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 741 p.

CRAEMER, W.; VANSINA, J.; FOX, R. 1976. Religious movements in Central Africa: a theoretical study. *Comparative Studies in Society and History*, 18(4):458-475. <http://dx.doi.org/10.1017/S0010417500008392>

CRIVELENTE, M.A. 2001. *Casamentos de escravos africanos em Mato Grosso, um estudo sobre Chapada dos Guimarães, 1798-1830*. Cuiabá, MT. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, 223 p.

CURTO, J.; LOVEJOY, P. 2004. Introduction. In: J. CURTO; P. LOVEJOY (orgs.), *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*. Amherst, Humanity Books, p. 1-18.

DARISH, P. 1990. *Fired brilliance: ceramic vessels from Zaire*. Kansas City, University of Missouri, 58 p.

DAVID, N.; STERNER, J.; GAVUA, K. 1988. Why pots are decorated. *Current Anthropology*, 29(3):365-389. <http://dx.doi.org/10.1086/203649>

DELLE, J. 2000. The material and cognitive dimensions of creolization in nineteenth-century Jamaica. *Historical Archaeology*, 34(3):56-72.

FENNELL, C. 2003. Group identity, individual creativity, and symbolic generation in a Bakongo diaspora. *International Journal of Historical Archaeology*, 7(1):1-31. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1023267019232>

FERGUSON, L. 1992. *Uncommon ground: archaeology and early African America, 1650-1800*. Washington/London, Smithsonian Institution Press, 186 p.

FERGUSON, L. 2000. Creolization – Introduction. *Historical Archaeology*, 34(3):5-9.

FIGUEIRA, L. 1938. *Africa bantu: raças e tribos de Angola*. Lisboa, Oficinas Fernandes, 399 p.

FLORENCE, H. [s.d.] *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. São Paulo, Cultrix, 218 p.

GERDES, P. 1995. *Women and geometry in Southern Africa*. Maputo, Universidade Pedagógica de Moçambique, 244 p.

GOSSELAIN, O. 1999. In pots we trust: the processing of clay and symbols in Sub-Saharan Africa. *Journal of Material Culture*, 4(2):205-230. <http://dx.doi.org/10.1177/135918359900400205>

HAUENSTEIN, A. 1964. La poterie chez les Ovimbundu. *Acta Tropicá*, 21:48-81.

HAUENSTEIN, A. 1988. *Examen de motifs décoratifs chez les Ovimbundu et Tchokwe d'Angola*. Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 98 p.

HAMBLY, W. 1934. The Ovimbundu of Angola. *Field Museum of Natural History – Anthropological Series*, XXI(2):1-370.

HARDING, R. 2000. *A refuge in the thunder: Candomblé and alternative spaces of blackness*. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 251 p.

HEYWWOD, L. 2000. *Contested power in Angola, 1840s to the present*. Rochester, University of Rochester Press, 305 p.

HEYWOOD, L. 2002. Introduction. In: L. HEYWOOD (ed.) *Central Africans and cultural transformations in the American diaspora*. Cambridge, Cambridge University Press, p.1-20.

KARASH, M. 2000. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 643 p.

KIDDY, E. 1999. Ethnic and racial identity in the Brotherhoods of the Rosary of Minas Gerais, 1700-1830. *The Americas*, 56(2):221-252. <http://dx.doi.org/10.2307/1008113>

LANGSDORFF, G.H. 1998. *Os diários de Langsdorff: Mato Grosso e Amazônia*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 380 p.

LIMA, M. 1988. *Os kiaka de Angola: história, parentesco, organização política e territorial*. Lisboa, Edições Távola Redonda, 643 p.

LIMA, T.A. 1996. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 3:129-191.

LIMA, T.A. 1997. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 5:93-129.

MBITI, J. 1990. *African religions and philosophy*. New Hampshire, Heinemann, 290 p.

MBITI, J. 1991. *Introduction to African religion*. New Hampshire, Heinemann, 216 p.

McCULLOCH, M. 1952. *The Ovimbundu of Angola*. London, International African Institute, 50 p.

MESQUITA, J. 1931. Grandeza e decadência da Serra-Acima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 28:31-56.

MILLER, J.C. 1988. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, The University of Wisconsin Press, 770 p.

MINTZ, S.; PRICE, R. 1992. *The birth of African-American culture: an anthropological perspective*. Boston, Bacon Press, 121 p.

NISHIDA, M. 2003. *Slavery and identity: ethnicity, gender, and race in Salvador, Brazil*. Bloomington, Indiana University Press, 255 p.

PIKIRAYI, I. 1993. *The archaeological identity of the Mutapa State*. Uppsala University, 200 p.

POSNANSKI, M. 1999. West Africanist reflections on African-American archaeology. In: T. SINGLETON (org.), *I, too, Am America: archaeological studies of African-American life*. Charlottesville, University Press of Virginia, p. 21-38.

REDINHA, J. 1948. As gravuras rupestres do alto Zambeze e a primeira tentativa de sua interpretação. *Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda*, 2:65-91.

ROSA, C. 1996. *A vida do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – a vida Urbana em Mato Grosso no século XVIII*. São Paulo, SP. Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo, 345 p.

RUGENDAS, J. M. 1979. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 161 p.

SECKINGER, R.L. 1970. *Politics in Mato Grosso, 1821-1851*. Gainesville, EUA. Tese de Doutoramento. University of Florida, 299 p.

SINGLETON, T. 1998. Cultural interaction and African American identity in plantation archaeology. In: J. CUSICK (org.), *Studies in culture contact – interaction, culture change, and archaeology*. Carbondale, Center for Archaeological Investigations, p. 172-189.

SIQUEIRA, E.; COSTA, M.; CARVALHO, C. 1990. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Editora da UFMT, 242 p.

SLENES, R. 1991. "Malungu, Ngoma vem!" África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, 12:48-67.

SLENES, R. 2002. The great porpoise-skull strike: Central African water spirits and slave identity in early-nineteenth-century Rio

de Janeiro. In: L. HEYWORTH (org.), *Central Africans and cultural transformations in the American diaspora*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 183-210.

SOUZA, M.A.; SYMANSKI, L.C. 2009. Slaves communities and pottery variability in Western Brazil. *International Journal of Historical Archaeology*, 13(4):513-548.
<http://dx.doi.org/10.1007/s10761-009-0090-1>

SWEET, J. 2003. *Recreating Africa: culture, kinship, and religion in the African-Portuguese world – 1441-1770*. Chapel Hill/London, The University of Carolina Press, 296 p.

SYMANSKI, L.C. 1998. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, Edipucrs, 276 p.

SYMANSKI, L.C. 2002. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: A. ZARANKIN; M. XI-MENA (orgs.), *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul*. Buenos Aires, Ediciones Del Tridente, p. 31-62.

SYMANSKI, L.C. 2006. *Slaves and planters in Western Brazil: material culture, identity and power*. Gainesville, EUA. Tese de Doutorado. University of Florida, 360 p.

SYMANSKI, L.C.; SOUZA, M.A. 2001. A arqueologia histórica: relações sociais e construção de identidades na região do rio Manso, séculos XVIII e XIX. In: L. FRAGA (coord.), *Projeto de levantamento e resgate do patrimônio histórico-cultural da região da UHE-Manso: relatório final de atividades*. Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/Universidade Católica de Goiás, 406 p.

THOMPSON, R.F. 1983. *Flash of the spirit – African and African-American art and philosophy*. New York, Vintage Books, 317 p.

THORNTON, J. 1998. *Africa and Africans in the making of the Atlantic world*. Cambridge, Cambridge University Press, 340 p.

VAINFAS, R. 1986. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis, Vozes, 168 p.

VOLPATO, L.R. 1993. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. Cuiabá, Editora Marco Zero, 251 p.

VOLPATO, L.R. 1996. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: J. REIS; F. GOMES (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 213-239.

WILKIE, L. 1997. Secret and sacred: contextualizing the artifacts of African-American magic and religion. *Historical Archaeology*, 31(4):81-106.

WILKIE, L. 2000. Culture bought: evidence of creolization in the consumer goods of an enslaved Bahamian family. *Historical Archaeology*, 34(3):10-26.

Submetido em: 22/08/2010

Accepted em: 31/08/2010